

INSTITUIÇÃO PÚBLICA X GESTÃO PERSONALISTA: O NÚCLEO DE ARTE CONTEMPORÂNEA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (1978-1985)

Fabrcia Cabral de Lira Jordão¹

RESUMO: Com esse artigo sintetizo as principais reflexões elaboradas a partir da pesquisa “O Núcleo de Arte Contemporânea da Universidade Federal da Paraíba (1978-1985)”, desenvolvida junto ao PPGAV-ECA/USP no final de 2012. Essa dissertação expressa o desejo e materializa a tentativa de compreender como se articularam a política cultural do estado autoritário e o campo das artes visuais. A partir de uma análise pontual, sobre a institucionalização do Núcleo de Arte Contemporânea da Universidade Federal da Paraíba pode-se constatar tanto a importância das políticas e ações do Estado no campo das artes visuais, como particularidades intrínsecas dos impactos gerados pela presença das artes visuais nas políticas públicas de cultura.

PALAVRAS-CHAVE: NAC/UFPB, Política Nacional de Cultura, Redemocratização, Funarte.

Durante o regime civil-militar brasileiro (1964-1985) ações pontuais do Estado trouxeram impactos significativos para a institucionalização do campo das artes visuais e o fomento à produção artística. Essa intervenção estatal foi sistematizada, sobretudo, a partir de 1975, com a instituição da Política Nacional de Cultura (PNC) durante o mandato do general Ernesto Geisel².

A PNC – além de fornecer mecanismos de controle, fomento e adequação do campo cultural aos interesses do regime – segundo Sergio Miceli, promoveu uma vertiginosa institucionalização e reorganização da área cultural, com a criação e/ou reformulação de várias instituições e órgãos³.

No âmbito das artes visuais uma das ações de maior impacto da PNC foi a criação da Fundação Nacional de Artes (Funarte) ainda em 1975. A Funarte além de abrigar em seus quadros funcionais diversos artistas e intelectuais de esquerda, apoiou a criação de espaços culturais que promoveram a arte contemporânea nas diversas regiões brasileiras. Caso do Museu de Arte e Cultura Popular da Universidade Federal de Mato Grosso (1975), do Núcleo de Arte Contemporânea da Universidade Federal da Paraíba (1978) e do Espaço Arte Brasileira Contemporânea no Rio de Janeiro (1981).

¹ Atualmente, como doutoranda no Programa de Pós Graduação em Artes Visuais da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, desenvolve a pesquisa “As Artes Visuais nas ações do Itamaraty para o Cone Sul durante a Guerra Fria”.

² SILVA, Vanderli Maria. A construção da política cultural no regime militar: concepções, diretrizes e programas (1974-1978). 2001. 211 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001, p. 109.

³ MICELI, Sergio (Org). Estado e Cultura no Brasil. São Paulo: DIFEL, 1984.

Para além dos impactos positivos de suas ações, a Funarte constituiu um dos principais órgãos ofensivos da política cultural do regime militar no momento de transição política, desempenhando um importante papel no diálogo e aproximação, com artistas e intelectuais alinhados com uma ideologia esquerdista. Nesse período, em uma clara tentativa de aproximação, o Estado autoritário deixa de “tão somente reprimir e passa a fornecer programas para a intelectualidade, incentivos à produção artística, agências voltadas para a cultura”⁴, sobretudo para artistas de esquerda – “normalmente mais valorizados pelos grupos formadores de opinião, identificados com uma cultura crítica e contestatória”⁵.

Seja por meio do mecenato estatal, via Funarte, seja pela oferta de posto de trabalho, o regime militar conseguiu se aproximar de diversos artistas que, conscientes da difícil situação política vigente no país e de suas limitações nesse contexto, estabeleceram dentro do próprio regime um instrumento de luta. Caso das atuações institucionais de Paulo Sergio Duarte, Paulo Herkenhoff, Glória Ferreira e Fernando Cocchiarale na Funarte e de artistas como Cildo Meireles, Artur Barrio, Anna Bella Gaiger, Carlos Vergara, que realizaram exposições, livros de artistas e ações com o apoio da referida instituição.

No esforço de entender como se articulavam a política cultural do estado autoritário com o campo das artes visuais, de compreender como essas instâncias dialogaram e de que forma foram administrados e negociados interesses tão diferentes desenvolvi, junto ao PPGAV-ECA/USP, a dissertação “O Núcleo de Arte Contemporânea da Universidade Federal da Paraíba (1978-1985)”⁶. A partir de um estudo pontual, pude constatar tanto a importância das políticas e ações do Estado no campo das artes visuais, como particularidades intrínsecas dos impactos gerados pela presença das artes visuais nas políticas públicas de cultura.

Com esse artigo sintetizo as principais reflexões elaboradas no decorrer dessa pesquisa e forneço uma análise pontual sobre a institucionalização do Núcleo de Arte Contemporânea da Universidade Federal da Paraíba (NAC/UFPB) tomando por base duas perspectivas:

⁴ HOLLANDA, Heloísa Buarque de; GONÇALVES, Marcos Augusto. Política e literatura: a ficção da realidade brasileira. In: FREITAS FILHO, Armando; HOLLANDA, Heloísa Buarque de; GONÇALVES, Marcos Augusto. Anos 70: literatura. Rio de Janeiro: Europa, 1979 apud SÜSSEKIND, 2004, p. 39.

⁵ NAPOLITANO, Marcos. Coração Civil: Arte, Resistência e Lutas Culturais durante o Regime Militar Brasileiro (1964-1980). 2011. 374f. Tese (Tese de Livre-Docência para concurso junto ao Departamento de História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p. 196.

⁶ JORDÃO, Fabrícia Cabral de Lira. O Núcleo de Arte Contemporânea da Universidade Federal da Paraíba (1978 – 1985). 2012. 240f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Em novembro de 2010, parte dessa pesquisa, foi premiada na primeira edição do prêmio Estudos e pesquisas sobre arte e economia da arte no Brasil do Programa Brasil Arte Contemporânea da Fundação Bienal de São Paulo

- Primeiro: buscarei articular a criação do NAC/UFPB no contexto mais amplo do processo de institucionalização da área cultural brasileira já que, apesar das especificidades, a situação do Núcleo e do seu acervo não difere muito da que encontramos na maioria das instituições culturais nacionais.
- Segundo: buscarei problematizar alguns aspectos desse formato de institucionalização (sobretudo seu modelo gestão) e seus reflexos na trajetória do NAC/UFPB no período de 1978 a 1985.

O processo de institucionalização da área cultural brasileira se inicia na década de 1930, durante o período Vargas, e sofre um vertiginoso crescimento durante o regime militar, sobretudo a partir de 1975, ou seja, os dois momentos de maiores investimentos e crescimento nessa área aconteceram durante regimes autoritários e, na maioria das vezes, estiveram relacionados com interesses políticos que passavam longe das reais necessidades do campo cultural e de seus agentes, além de servir como meio de perpetuar privilégios das elites econômicas brasileiras.

Se por um lado esse formato de institucionalização, ao se pautar em imperativos alheios ao campo cultural, ocorreu sem que nossas instituições passassem por um efetivo amadurecimento, autocrítica, autonomia e modernização, por outro, a cultura, nesse processo, foi apropriada e instrumentalizada, como uma moeda de troca, pelo aparato estatal.

Essa configuração imprimiu nas relações institucionais uma indefinição entre o domínio público e o privado, entre a entidade jurídica e a pessoa física, tal indefinição se expressa, por exemplo, no dia a dia de diversas instituições culturais, nas quais os interesses privados dos gestores e o favorecimento do seu ciclo pessoal de amizades é a regra. E o atendimento às demandas e interesses da coletividade, a exceção.

Como derivação do exposto, percebe-se, nas gestões institucionais a reprodução, tal qual ocorre na politicagem brasileira, de uma mentalidade paternalista, engendrada em relações personalistas e corporativistas. Essas características nutrem dinâmicas institucionais fundamentadas em uma mentalidade oligárquica e assistencialista, com ações voltadas, quando muito, para o tempo presente. Ou seja, como são privilegiadas iniciativas e negociações personalistas, travadas fora da esfera e do interesse público, inviabiliza-se a acumulação social de experiências institucionais e a efetivação de políticas de longo prazo.

Essa fragilidade e instabilidade terá repercussões que se fazem sentir nos dias atuais, já que ainda hoje parece não ter se consolidado entre nós uma experiência concreta da ideia de

instituição, com tudo que ela implicaria em favor de uma tradição de gestão e política pública voltada para o campo cultural⁷.

A partir do exposto, pode-se considerar que no Brasil a força e desempenho exitoso (ou não) de uma instituição cultural residirá menos numa tradição institucional e mais na maneira como seus gestores lidam e conduzem o patrimônio público, nas relações e articulações que estes estabelecem com os agentes do campo cultural, político e econômico. Como pode-se constatar observando a trajetória do NAC/UFPB.

De acordo com a documentação e com os depoimentos de alguns dos envolvidos, a criação do NAC em 1978 seria fruto das concepções progressistas do reitor Lynaldo Cavalcanti Albuquerque, que desejava dinamizar a área cultural na Universidade Federal da Paraíba. No entanto, essa ação estava em completa consonância com as estratégias de valorização do campo cultural desenvolvidas pelo regime militar para as universidades brasileiras. Tanto é assim, que a criação do NAC foi viabilizada através de parceria da UFPB com um dos principais órgãos da política cultural do general Geisel⁸, a Funarte, que tinha um importante papel no diálogo e aproximação do Estado autoritário com artistas e intelectuais de esquerda⁹.

Ou seja, a criação do NAC/UFPB, assim como diversas outras instituições culturais naquele momento, foi possibilitada, no âmbito da macroestrutura, não por uma real preocupação do estado com questões relativas à produção, circulação e mercado de arte ou com melhorias do campo cultural, mas como uma estratégia de aproximação e tentativa de neutralização dos artistas de oposição durante o processo de abertura política, momento em que era mais vantajoso, para o Estado autoritário, apoiar financeiramente a produção artística e fornecer espaço para exibição e atuação dos artistas, mesmo aqueles que não expressavam o ideal do regime, do que vê-los construindo circuitos absolutamente independentes e imprevisíveis¹⁰.

É essa contradição na estratégia de aproximação do regime militar que possibilitará que Paulo Sergio Duarte, intelectual que “havia sido preso duas vezes”¹¹ e vinha de um exílio

⁷ SALZSTEIN, Sônia. Arte, Instituição e Modernização Cultural no Brasil: um experiência institucional. 1994. 187 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

⁸ MICELI, Sergio. O processo de “construção institucional” na área cultural federal (anos 70). In: MICELI, Sergio (Org.) Estado e Cultura no Brasil. São Paulo: Difel, 1984, p. 57.

⁹ NAPOLITANO, Marcos. Coração Civil: Arte, Resistência e Lutas Culturais durante o Regime Militar Brasileiro (1964-1980). 2011. 374f. Tese (Tese de Livre-Docência para concurso junto ao Departamento de História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ Ibidem, p. 196.

‘voluntário’ de “oito anos e onze meses fora do Brasil”¹² e Antonio Dias, artista cuja produção poética possuía um certo acento político, fossem convidados para desenvolver e implantar o modelo institucional do NAC/UFPB.

Assim sendo, no final de 1978, o NAC/UFPB surge com uma proposta institucional inovadora no campo das artes visuais em João Pessoa e com um tremendo desafio: se estabelecer como um espaço voltado à difusão e à produção em arte contemporânea, numa região que tradicionalmente oferecia resistência “a qualquer ação atualizadora no contexto artístico”¹³ e numa universidade que, há mais de uma década, desenvolvia ações voltadas, prioritariamente, para a produção artística local e regional.

Pode-se considerar, a proposta do NAC como a primeira tentativa de se implantar uma política cultural exógena, baseada nos debates travados no eixo Rio – São Paulo, e aberta às experimentações artísticas. Ou seja, sua agenda, procurava, claramente, romper com o tradicional isolamento que marcava o campo cultural paraibano ao mesmo tempo em que pretendia difundir a arte contemporânea em João Pessoa.

A proposta desenvolvida por Duarte e Dias, apesar de ousada e de possuir diversos opositores, foi implementada com sucesso no intervalo de 1978 a 1981, período em que observa-se um empenho efetivo do Núcleo em promover ações e proposições artísticas que o estabelecessem como um centro de difusão e produção da arte contemporânea.

Percebe-se, ainda, uma preocupação para que esse processo fosse acompanhado de uma transformação das noções e práticas artísticas vigentes em João Pessoa. Para tanto, o Núcleo não se limitou a promover a exibição de trabalhos que exploravam uma variada gama de técnica, mídias, materiais e suportes (xerox arte, arte correio, art-door, livro de artista, videoarte, fotografia, instalação); também garantiu que suas exposições fossem acompanhadas de palestras, cursos ou oficinas e que os artistas visitantes, sempre que possível, explicassem sua proposta, compartilhassem experiências, conversassem e discutissem questões relativas a linguagem artística e/ou meios que exploravam, com o público interessado.

Além disso, o Núcleo procurou fomentar projetos de pesquisas e eventos que evidenciassem a aproximação das artes visuais com outras categorias artísticas, especificamente o cinema, a cenografia, a música, a literatura e a arquitetura. Como exemplo do fomento à pesquisa citamos a publicação do livro *Os anos 60: revisão das artes plásticas*

¹² Ibidem.

¹³ CORDULA, Raul. A experiência renovadora do NAC no campo da extensão universitária. In: GOMES, Dyogenes Chaves (Org). *O Núcleo de Arte Contemporânea da Paraíba/NAC*. Rio de Janeiro: Funarte, 2004, p. 14.

na Paraíba (Chico Pereira e Raul Córdula). Ao fomentar essa pesquisa, o Núcleo apoiou a primeira tentativa de sistematizar e dar visibilidade a um importante período da história das artes visuais na Paraíba, momento em que se observa uma dinamização da produção e do campo das artes plásticas, sobretudo por conta das atividades e ações fomentadas pelo Setor de Artes Plásticas da UFPB. Essa ação também demonstra o reconhecimento e respeito, por parte do Núcleo, às propostas e experiências institucionais que o precederam, além de valorizar e dar visibilidade aos artistas locais e à produção plástica realizada na década de 1960 em Campina Grande e em João Pessoa.

Esse comprometimento com a arte contemporânea e suas questões resultou em ações de extrema relevância, muitas pioneiras e avançadas para a realidade institucional paraibana e nordestina da época. Também é louvável sua preocupação e empenho em envolver os artistas em sua proposta, tanto por meio de ações de caráter mais reflexivo quanto por meio do estímulo a uma produção experimental, o que certamente contribuiu para ampliar e relativizar as noções artísticas vigentes.

A partir de meados de 1981, quando os mentores intelectuais da proposta do Núcleo já haviam se desligado, observa-se uma crescente diminuição de suas atividades, a título de exemplo podemos citar que o número anual exposições caiu de, aproximadamente, 13, em 1980, para 7 em 1981. Também ocorre a paulatina modificação de sua proposta. Do mesmo modo, o enfoque antes dado à arte contemporânea (a sua exibição, produção e formação) é substituído pela ênfase nas tradicionais categorias artísticas e na arte regional.

A partir da análise de inúmeros documentos, foi possível detectar 3 razões principais para essas mudanças:

- a primeira no campo da macroestrutura esta relacionada com as alterações, no âmbito federal, das políticas culturais que haviam possibilitado a criação e manutenção do NAC na UFPB. A partir de 1982, dando continuidade a uma nova etapa do processo de abertura iniciado por Ernesto Geisel, João Figueiredo, último militar à frente da presidência, modifica completamente a estratégia cultural. Procedimento de acordo com o modelo de institucionalização brasileiro, que como mencionei anteriormente, se fundamenta em interesses políticos que passam longe das reais necessidades do campo cultural e de seus agentes. Essa instrumentalização da arte pelo aparato estatal fica evidente em períodos de transição, quando, geralmente, as diretrizes das políticas culturais são reformuladas de acordo com o grupo social/vertente artística que se quer privilegiar. Assim sendo, a partir de 1982, com o general Figueiredo no poder, a estratégia cultural adotada passa a privilegiar a vertente patrimonial e a valorizar a

cultura popular como a verdadeira arte representativa da identidade nacional¹⁴. Nesse contexto, a produção cultural contemporânea e os inúmeros problemas que vão se associando à cadeia ‘produção, circulação e consumo’ foram relegadas a um espaço secundário, conseqüentemente ocorre um sistemático declínio das atividades e do orçamento da Funarte, órgão responsável por essa vertente artística e principal financiador das atividades do NAC/UFPB;

- a segunda causa, eu situo no campo da microestrutura e se relaciona com a crise institucional instalada na UFPB em decorrência do vertiginoso crescimento ocorrido durante o reitorado de Lynaldo Cavalcanti Albuquerque (1976-1980). Lynaldo, que no afã de expandir a universidade, não teve tempo suficiente para sua consolidação”¹⁵. Essa situação foi intensificada com as reduções drásticas nos orçamentos das universidades por conta do arrocho econômico que o Brasil atravessou durante a crise do petróleo em 1979;
- E por fim, a terceira razão, que eu situo no âmbito da, digamos, nanoestrutura e se relaciona com os modelos de gestão implementados no NAC/UFPB. Como mencionei anteriormente o processo de institucionalização do campo cultural no mesmo instante que cria um espaço público, destinado à coletividade, pelo uso de diversas estratégias o converte em um reduto oligárquico e elitista. Um dos mais perversos estratégias utilizados é a gestão personalista, já que é o gestor que pode levar a cabo (ou não) o processo de segregação, que pode tirar proveito (ou não) da sua posição para perpetuar a manutenção de privilégios pessoais, que pode dispor (ou não) do bem e do patrimônio públicos com se esses fossem bens privados.

Pelo exposto, a gestão personalista será, dentre as três causas, a questão elegida para uma análise pontual, já que, me parece afetou de modo mais direto e nefasto a trajetória da instituição NAC/UFPB, muito embora, as três razões expostas por serem interdependentes, a rigor, não pudessem ser pensadas de maneira isoladas.

Desse modo, a trajetória do NAC/UFPB no período de 1978 a 1985, pode ser dividida em duas fases, que correspondem a dois modelos de gestão e a procedimentos distintos com o

¹⁴ BOTELHO, Isaura. Romance de Formação: Funarte e política cultural (1976-1990). Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000.

¹⁵ BORBA, Berilo Ramos. Depoimento escrito em outubro de 2005. In: GUERRA, Lúcia de Fátima; DAVID, Fernandes (Org.). UFPB 50 Anos. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2006. p. 107.

bem público: a primeira de 1978 a 1981, quando foram promovidas 66% das exposições e vigorou a proposta concebida por Duarte e Dias; a segunda de 1982 a 1985, marcada simultaneamente pela transformação da proposta inicial, o declínio das atividades e ações do NAC/UFPB, e o completo desligamento de Paulo Sergio Duarte do projeto. Como a primeira etapa, que vai de 1978 a 1981, já foi apresentada. Me voltarei para a segunda fase do Núcleo.

No período de 1982 a 1985, as ações voltadas para a cultura popular e regional, antes eventuais, superaram as voltadas para a arte contemporânea, como percebe-se na programação do Núcleo. Nesse intervalo, foram realizadas aproximadamente 17 exposições¹⁶, das quais apenas 3 exploravam novas mídias. As ações de formação, além de não possuírem regularidade não estavam exclusivamente relacionadas às exposições, como acontecia no período anterior. Do mesmo modo, a produção textual, que anteriormente enfocava questões relacionadas à arte contemporânea, neste momento se volta para apreciação da produção artística local.

É importante destacar que, no Brasil, a partir da década de 1980 a discussão em torno da questão regional recebe maior relevo nas artes plásticas, marcando presença na produção artística e no debate crítico. Nesse momento, por exemplo, a crítica Aracy Amaral identifica dois modelos de animação cultural; o primeiro relacionaria a arte internacional com a arte local, com a discussão incidindo, geralmente, sobre o campo restrito da arte. O segundo modelo se apoiaria “no próprio ambiente cultural local, transformando-o, tornando-o gerador de um processo de autovalorização, revitalizando formas de expressões que se arriscam a cair em desuso, ou que são menosprezadas [...]”¹⁷, portanto seria mais abrangente e engajado.

No entanto, baseada nas análises e nos desdobramentos das exposições promovidas, não podemos aplicar nenhum desses modelos ao enfoque dado à produção regional no Núcleo, já que essa orientação não foi consequência da implementação de uma nova proposta (com metas, estratégias de ações e objetivos definidos) nem expressou uma real preocupação em converter esse espaço em um centro de formação, valorização e promoção da arte local.

Ao contrário, o que fica claro, confrontando os documentos, os discursos e práticas

¹⁶ No período de 1982 a 1984, o Núcleo realizou 17 exposições em sua sede: 3 de fotografias, 3 mostras iconográficas, 6 de desenhos e/ou pintura, 2 de gravuras, 1 de papel artesanal, 1 de litofsete, 1 de xerografia. Em 1985, por conta de sua precária estrutura e a falta de recursos, não promoveu nenhuma exposição em sua sede. No entanto, promoveu junto com a Secretaria de Cultura do Estado da Paraíba a exposição Primitivos, com o acervo de artistas primitivos do Museu de Arte Brasileira da Fundação Armando Alvares Penteado de São Paulo, realizada no Espaço Cultural de João Pessoa. Ver: PRIMITIVOS: mostra do acervo de artistas primitivos do Museu de Arte Brasileira da Fundação Armando Alvares Penteado de São Paulo. João Pessoa: [s.n.], 1985. 3 p. Catálogo de Exposição, Espaço Cultural de João Pessoa, 03 a 22 mai. 1985. Fonte: Acervo NAC/UFPB.

¹⁷ AMARAL, Aracy. O grupo de Cuiabá: sol e energia. In: _____. Arte e meio artístico: entre a feijoada e o x-burguer: 1961 - 1981. São Paulo: Nobel, 1983. p. 371-375.

institucionais, é que apesar crise do NAC/UFPB está inserida e diretamente relacionado com as transformações nas políticas culturais no âmbito federal, com a crise que atravessou a UFPB e a Funarte, o impacto dessa conjuntura foi potencializado pelo pouco empenho de seu coordenador, Raul Córdula, em dar continuidade à proposta concebida por Duarte e Dias, no momento em que os recursos ficaram escassos e ocorre o direcionamento das políticas culturais, que haviam possibilitado a criação e manutenção Núcleo, para a cultura popular. Nesse contexto, Córdula, prefere diminuir e restringir as atividades do Núcleo à captar recursos em outras fontes ou articular a realização de ações independentes do apoio da Funarte. Optando por um formato que privilegiava a arte regional e ateliês de pintura e desenho, tendo em vista que seria menos oneroso e trabalhoso que articular a vinda de exposições de artistas de outras regiões.

Esse descompromisso fica claro quando sabemos que o então gestor do Núcleo, Raul Córdula, no período de 1982 a 1984, acumula o cargo de coordenador do NAC/UFPB e Diretor artístico e técnico da Oficina Guaianases de Gravura¹⁸ em Olinda. E como se não bastasse, em 1983, passa a residir em Olinda¹⁹, onde permanece ainda hoje.

O acúmulo de cargos, um em Olinda e outro em João Pessoa, seguidos da mudança definitiva de Córdula para Olinda e das transformações da proposta inicial do Núcleo somada à sua reduzida atuação no período de 1982 a 1985 – ao longo do ano de 1983 promove apenas 3 exposições em sua sede e nos dois anos seguintes apenas 6 – demonstra claramente que, apesar de se manter como coordenador do NAC/UFPB, seus interesses já não estavam relacionados com a referida instituição, privilegiando acordos descompromissados com a dimensão pública e na maioria das vezes relacionadas com sua autopromoção.

Em 1986, Raul Córdula lançou o “Manifesto da precariedade do NAC” no Jornal A União onde, exaltando seus feitos e se eximindo de qualquer responsabilidade, culpou a UFPB pela precária situação do NAC/UFPB²⁰. No entanto, conforme aqui discutido, o impacto da conjuntura desfavorável que incidiu sobre essa instituição foi potencializado pela falta de uma liderança empenhada e compromissada em, sem perder de vista os objetivos da proposta inicial, encontrar caminhos para superar a difícil situação que o Núcleo enfrentava, como bem notou Antonio Dias, citação: “depois que o Paulo Sérgio Duarte saiu, esse Núcleo

¹⁸CORDULA, Raul. Entrevista concedida a Marcelo Montanini em julho de 2010. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/agendacultural/index_eventos.php?AgendaEdicaoAno=2010&AgendaEdicaoNumero=179&TiposEventosCodigo=22>. Acesso em: jul. 2012.

¹⁹ Ver: CORDULA, Raul. Raul Córdula: olindense de coração. Entrevista concedida a Manuella Antunes. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/suplementos/arrecifes/noticia/2012/05/12/raul-cordula-olindense-de-coracao-41932.php>>. Acesso em: jun. 2012.

²⁰ CORDULA, Raul. Manifesto de precariedade do NAC. João Pessoa. 25 nov. 1986. 2 f. Mimeografado. Fonte: Acervo NAC/UFPB.

de Arte Contemporânea ficou praticamente morto durante sete ou oito anos [...] tudo depende de vontade política, não há dinheiro nem liderança”²¹.

O caso do NAC/UFPB, se por um lado demonstra o potencial da instituição para transformar e formar o processo cultural, por outro, ratifica que, na ausência de uma tradição e definição institucional, a ativação desse potencial dependerá da maior ou menor consciência institucional (e portanto, pública), dos esforços, articulações e atuação de seus gestores. Portanto, é imprescindível, lutar por mecanismos legais que não só assegurem critérios de continuidade mas também, e principalmente, garantam a manutenção da política e perfil institucional do NAC/UFPB, tornando evidente que a definição de qualquer proposta e/ou projeto, seja ele de curto, médio ou longo prazo, deve partir (e respeitar), necessariamente, sua razão de ser institucional. Enquanto isso não acontece, o NAC/UFPB, continuará à deriva, a mercê dos interesses pessoais de seus gestores.

Por fim, resta dizer que, em um país onde poucas são as ações de preservação e raras são as políticas de memória, deve-se, como nos alertou Edgardo Antonio Vigo, em seu poema visual, “semear a memória para que não cresça o esquecimento”. Portanto, se esse texto contribuir, de alguma maneira, para que a história e a memória do NAC/UFPB não caiam no esquecimento, terá cumprido seu papel.

²¹ DIAS, Antonio. Entrevista concedida a Roberto Conduru. In: CONDURU, Roberto; RIBEIRO, Marília André (Org.). Antonio Dias: depoimentos. Belo Horizonte: C/Arte, 2010, p. 30.